



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2022-0021

BI-2022-0025

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 17/02/2022

Hora: 10h30

Tipo: Reinspeção (Irregularidades)

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: Luis MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: Cláudia MFG. Rosa

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto. Inspeção de seguimento da inspeção com a referência BI-2020-0087 e verificação do cumprimento da notificação com a referência SAI-N-2021-0042. No local foi contactada a diretora geral e a responsável de laboratório.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Santa Catarina Industria Conserveira, SA

NIPC/NIF: 512044899

Sede/morada: Rua do Roque, 9 - Fajã Grande

Código Postal: 9850-079

Freguesia: Calheta

Concelho: Calheta (São Jorge)

Ilha: Ilha de São Jorge

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Fábrica de Santa Catarina

Endereço: Rua do Roque, 9 - Fajã Grande

Código Postal: 9850-079

Freguesia: Calheta

Concelho: Calheta (São Jorge)

Ilha: Ilha de São Jorge

Atividade principal: 10203 - Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos

Outras atividades: -

Período de funcionamento: 8h30 – 17h30

Licenciamento da atividade: Autorização de Laboração emitida pela DRAIC em 13/05/2011

N.º Controlo Veterinário C 213 1P



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

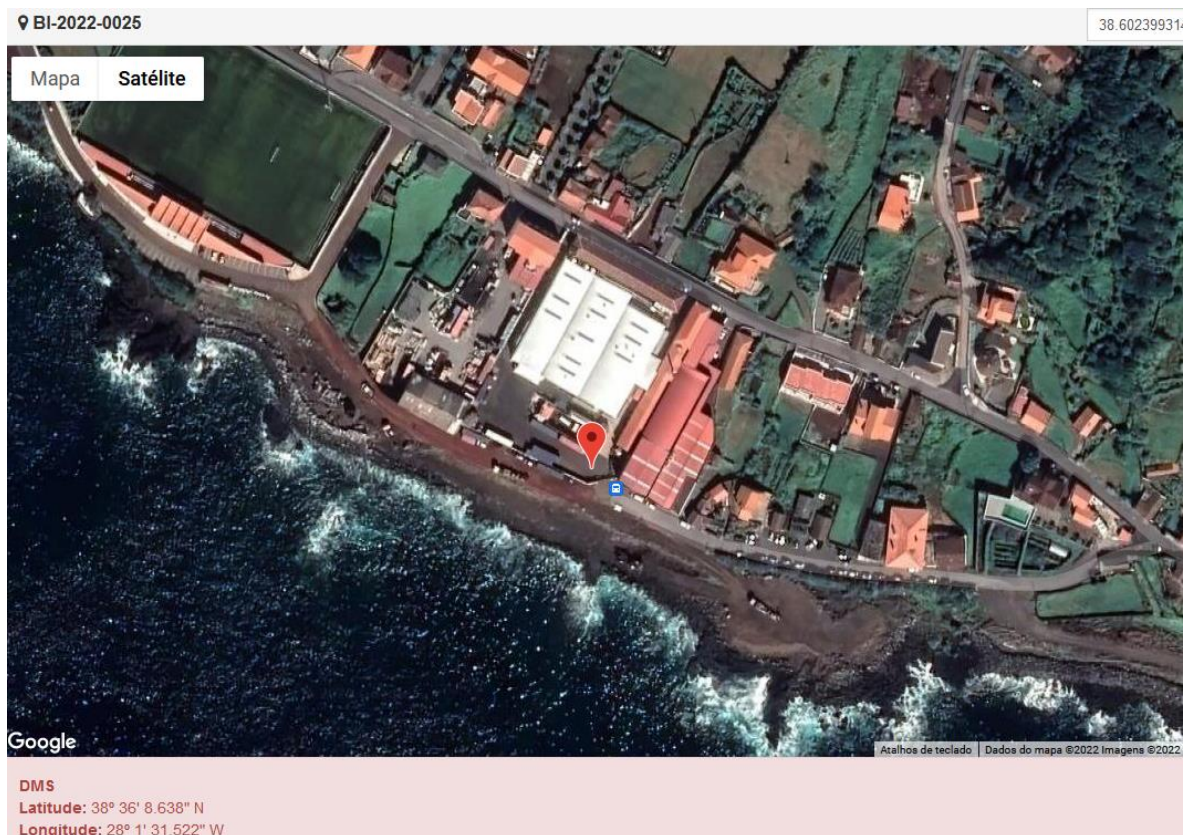


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

Na notificação SAI-N-2021-0042, o operador foi notificado para dar cumprimento às seguintes medidas, no prazo de 60 dias úteis:

1. Cumprir, na próxima monitorização atmosférica, com o VLE para o poluente Partículas;
2. Cumprir nas próximas análises às águas residuais descarregadas, até disporem da Licença de Descarga de Águas Residuais solicitada, com a totalidade dos VLE definidos no Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

2.2 – Descrição da situação observada

Através de email, remetido em 17/03/2021, o operador referiu que em relação às 2 infrações constantes da notificação SAI-N-2021-0042:

- I. Tinha sido realizada, em novembro de 2020, uma monitorização atmosférica, que também não cumpriu com o VLE para o poluente Partículas. Agendaram nova monitorização com a Empresa “Pedamb” para a última semana de abril, tendo anexado a proposta adjudicada. Referem ainda, que incluíram no Plano de Manutenção, a limpeza e lavagem da chaminé da caldeira como medida corretiva;
- II. Em relação às análises residuais, tinha sido realizada uma recolha em fevereiro de 2021 e aguardavam o envio do boletim analítico pelo laboratório. Referiram ainda, que o processo de pedido de licenciamento encontrava-se em curso.

No mesmo dia foram solicitados, via email, informações complementares, nomeadamente:

- o relatório das monitorizações atmosféricas realizadas em novembro de 2020,
- o relatório das monitorizações atmosféricas a realizar na última semana de abril de 2021;
- o boletim relativo às últimas análises das águas residuais descarregadas no mar;
- previsão para a obtenção da licença de descarga de águas residuais.

O operador respondeu, em 27/04/2021 via email, referindo o seguinte:

- I. Remeteram o relatório da última monitorização atmosférica, realizada 10 de novembro 2020, em que foi possível verificar através da análise do relatório n.º MG.592-2.2038-A/20 da Pedamb o incumprimento dos VLE para os poluentes Partículas e Níquel
- II. Remeteram a confirmação do agendamento com a Pedamb, para 27 de abril de 2021, da 1.ª monitorização de 2021;
- III. Aguardavam o envio, por parte do INOVA, do boletim analítico das últimas análises efetuadas em fevereiro de 2021;
- IV. Em relação à Licença de descarga de águas residuais, referiram que o pedido e o projeto encontravam-se em fase de aprovação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

No âmbito da denúncia DEN-2021-0201, e por forma a fazer o ponto da situação relativo à notificação SAI-N-2021-0042, de 10/03/2021, foi novamente contactado o operador a 7/01/2022 via email, a solicitar a seguinte informação:

- Relatório das monitorizações atmosféricas realizadas em 2021;
- Boletim relativo às análises das águas residuais descarregadas no mar, realizadas em 2021;
- Situação atual do processo de licenciamento da descarga das águas residuais no mar;
- Situação e localização atual do ponto de descarga das águas residuais no mar, documentado com fotografias.

A empresa, através da chefe de laboratório de controlo de qualidade Marlene Brasil, respondeu também via email em 13/01/2022, tendo remetido o boletim analítico das águas residuais de 15/02/2021 (data da recolha da amostra) e o relatório da última monitorização de efluentes gasosos, realizada em 27/04/2021, bem como o ofício de resposta da DRAAC relativamente a essa monitorização, em que cumpriam com a totalidade dos VLE. Referiram, e comprovaram, que a 2ª campanha de monitorização referente a 2021, tinha ficado agendada para 24/01/2022, por indisponibilidade da Pedamb em se ter deslocado a São Jorge no final de 2021.

Foi possível verificar através da análise do relatório n.º MG.592-2.2038-A/20 da Pedamb, relativa à monitorização dos efluentes gasosos provenientes da caldeira, realizada em 27/04/2021, que cumpriam com os VLE para a totalidade dos poluentes monitorizados.

A DRAAC, através do ofício com a referência n.º SAI/SRAAC/2021/4185, remetido em 28/06/2021, após análise do referido relatório informou o operador que em termos de periodicidade de monitorização os poluentes monóxido de carbono, óxidos de azoto, compostos orgânicos voláteis, sulfureto de hidrogénio e vanádio podiam passar a uma periodicidade de monitorização para uma vez de 3 em 3 anos, com a próxima monitorização obrigatória a ser realizada em 2024, e que os poluentes partículas, dióxido de enxofre e níquel continuavam sujeitos a monitorização pontual, duas vezes a cada ano civil, com um intervalo mínimo de dois meses entre medições.

Relativamente à análise do boletim das águas residuais do INOVA - Relatório de Ensaios n.º 1890/2021, referente a amostra recolhida em 15/02/2021, foi possível verificar o incumprimento dos VLE para a totalidade dos parâmetros, com exceção do pH. Essa situação é recorrente, uma vez que também ocorreu nos dois autocontrolos realizados em 2020 (Relatório de Ensaios INOVA n.º 8703/2020, com recolha em 20/07/2020 e n.º 10386/2020, com recolha em 17/08/2020).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

No que concerne ao processo de licenciamento da descarga de águas residuais, o mesmo já se tinha iniciado, tendo a empresa comprovado a submissão em 12/11/2020 do pedido de licenciamento (referência AHA/TURH-RH1/012).

Contatada a DROTRH em 07/01/2022, essa entidade confirmou o pedido de licença por parte do operador, tendo sido remetido o ofício SAI-SRAAC/2021/5227, de 11/08/2021, a solicitar novamente os elementos em falta para que o processo de licenciamento pudesse ser retomado. O primeiro ofício remetido pela DROTRH foi o SAI-DRA/2020/5738, de 7/12/2020, ao qual não obtiveram qualquer resposta.

Na inspeção de seguimento, realizada em 17/02/2022, foi possível apurar que, relativamente às questões relativas às águas residuais, a nova tubagem de descarga no mar já tinha sido executada no âmbito das obras em curso na orla costeira. No que diz respeito à construção da ETAR, apesar de já existir um projeto para a construção da mesma, o processo encontrava-se a aguardar a conclusão do concurso público para a cessão da exploração da unidade industrial de Santa Catarina por parte de uma entidade privada, que se encontrava a decorrer, uma vez que consta do Caderno de Encargos do referido concurso [alínea e) do ponto 14; ponto 15.1 e ponto 2 do Anexo IX] que o adjudicatário encontra-se obrigado a proceder à instalação e manutenção de uma ETAR de acordo com a tipologia dos efluentes produzidos pela unidade fabril e as especificações técnicas exigíveis, em cada momento, pelas certificações alimentares, ambientais e outras em vigor, no prazo máximo de 5 anos a contar do início da vigência do contrato.

Assim, relativamente às irregularidades identificadas na notificação SAI-N-2021-0042, de 10/03/2021, continuavam a existir as relativas às águas residuais descarregadas no mar, nomeadamente a rejeição de águas residuais sem o respetivo título e o incumprimento dos VLE definidos no Quadro n.º 1 do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro e no Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto, para a totalidade dos parâmetros, com exceção do pH.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) A utilização dos recursos hídricos - rejeição de águas residuais sem o respetivo título, em violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei 58/2005, de 29 de dezembro, constitui contraordenação muito grave,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €24 000 a €5 000 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 4);

- b) Incumprimento, nas análises às águas residuais descarregadas no mar, dos VLE definidos no Quadro n.º 1 do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro e no Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto, para a totalidade dos parâmetros, com exceção do pH. Nos termos do artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro, as águas residuais das indústrias de transformação de peixe devem cumprir os requisitos aplicáveis às águas residuais urbanas, designadamente os que constam do anexo I daquele diploma, pelo que o seu incumprimento, constitui contraordenação ambiental grave, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 57.º do mesmo diploma, punível nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €12 000 a €216 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 3).

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: